

BRASIL E CHILE DOS REGIMES MILITARES AO SÉCULO XXI: POLÍTICA ECONÔMICA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Ledi Cerdote Pedroso¹
Márcia N. Cerdote Pedroso²

Resumo

O artigo analisa os índices de concentração de renda, observados no Brasil e no Chile, desde os respectivos regimes militares ocorridos em ambos os países, seguindo uma análise até o ano de 2003. Verificando de forma comparativa a influência das políticas econômicas e do processo de crescimento econômico sobre a distribuição da renda. No Chile, durante o regime militar, vigente, de 1973 a 1989, houve uma intensa concentração da riqueza e da renda. Do mesmo modo, após o período de redemocratização, em 1990, esse país não estabeleceu políticas econômicas que apontasse para uma redução da desigualdade distributiva. Igualmente, no Brasil, o regime militar, que durou de 1964 a 1985, foi caracterizado por uma elevada desigualdade distributiva e, a partir de 1986, com a Nova República, manteve-se, a mesma tendência em concentrar a renda. Nesse sentido, observou-se que as políticas econômicas, de cunho neoliberal que vem sendo adotadas, em ambos os países, carecem de mecanismos que visam uma melhoria no processo de distribuição da renda.

Palavras-chave: Política econômica, distribuição da renda e índice de Gini.

Abstract

The article analyzes the indices of income concentration, observed in Brazil and Chile, since respective military regimes occurred in both the countries, following an analysis until the year of 2003. Verifying in a comparative form the influence of the economic policies and the process of economic growth on the distribution of the income. In Chile, during the military, effective regimen, of 1973 the 1989, there was an intense concentration of the wealth and the income. In a similar way, after the period of redemocratization, in 1990, this country did not establish economic policies that pointed with respect to a reduction of the distributive inequality. Equally, in Brazil, the military regimen, that lasted from 1964 to 1985, was characterized by one raised distributive inequality and, from 1986, with the New Republic, was remained, the same trend in concentrating the income. In this direction, it was observed that the economic policies, of neoliberal matrix that have been adopted, in both the countries, lack the mechanisms that aim at an improvement in the process of distribution of the income.

Keywords: Economic policy, distribution of the income and index of Gini.

INTRODUÇÃO

A intensa assimetria que existe na distribuição de renda, na América Latina, constitui uma característica persistente do capitalismo nesses países. Tendo em vista que esse sistema baseia-se na desigualdade social. E a tentativa de corrigi-lo com medidas redistributivas, além de um certo limite, terá conseqüências graves à dinâmica econômica inerente do capitalismo. Assim sendo, nestas condições, os frutos crescentes da produtividade do trabalho tendem a concentrar-se nas mãos dos grupos de altas rendas que possuem consideráveis poderes econômico, social e político, controlando a maior parte dos meios de produção.

A distribuição pessoal da renda preocupa-se centralmente com os rendimentos que as pessoas físicas recebem, independentemente de serem provenientes de salários ou lucros. Nesse

¹ Professora substituta do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM e Mestre em Integração Latino Americana – MILA/UFSM.

² Especialista em Pensamento Político Brasileiro e Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSM.

sentido, a distribuição pessoal da renda objetiva verificar o conjunto dos rendimentos auferidos pelas pessoas, provenientes principalmente do trabalho. Nesse caso, as informações sobre os rendimentos pessoais fornecem uma visão adequada do grau de desigualdade existente nas economias brasileira e chilena, mostrando a enorme disparidade entre rendimentos do trabalho, reflexo da estrutura produtiva existente e das condições gerais de crescimento econômico e acumulação do capital. Essa estrutura de rendimentos pessoais reflete, em última instância, a repartição desigual da riqueza entre capital e trabalho.

O perfil da repartição da renda em um país entre a População Economicamente Ativa - PEA, é agrupada em ordem crescente, segundo o montante da renda auferida. A seguir, divide-se essa lista de pessoas em dez partes iguais, que são chamados de decis, ou em cinco partes iguais, conhecidos como quintis. O decil abrangerá cada 10% e o quintil cada 20% da população, até completar os 100% da população total. Os extremos representam os mais pobres e os mais ricos da população. Entre outras medidas de concentração de renda o artigo abordará o coeficiente de Gini. Esse coeficiente mede a desigualdade agregada, podendo assumir valores que variam entre zero (0) e um (1). Zero (0) simboliza a igualdade perfeita; e um (1), outro caso extremo, a desigualdade perfeita. Assim, quanto mais próximo de um o valor encontrado, maior será a desigualdade.

As desigualdades na distribuição da renda, nos países da América Latina, têm raízes históricas, que vão desde o processo de ocupação das terras até as formas de organização da produção e constituição dos Estados nacionais modernos. A visão de uma sociedade em que a renda fosse distribuída de forma igualitária inspirou teorias e movimentos sociais, mas não chegou a concretizar-se completamente.

Nesse sentido, o presente artigo visa discutir que influência as políticas econômicas, adotadas no Brasil e no Chile, desde os respectivos regimes militares até o período do ano de 2003, tiveram na distribuição da renda. Para isso, está organizado da seguinte forma: a presente introdução, a seguir apresenta-se uma análise comparativa do impacto das políticas econômicas do Brasil e do Chile na distribuição da renda, posteriormente, discute-se os impactos das políticas econômicas neoliberais no processo distributivo e, por fim, a conclusão do artigo.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO IMPACTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO BRASIL E DO CHILE NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

A preocupação com a distribuição de renda, nos países latinos, vem ocorrendo desde os anos de 1950. Nesse sentido, surge a teoria estruturalista sobre as desigualdades sociais, devido à incapacidade das teorias neoclássicas e modernas explicarem esta problemática. Assim, o estruturalismo dependentista latino-americano, que foi capaz de incorporar elementos de

modernização, teorias sobre o imperialismo e argumentos keynesianos e kaleckianos, dominou o debate sobre desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970. O estruturalismo dependentista busca explicar as desigualdades sociais dentro do país, a partir das relações entre os países em modelo de centro-periferia.

Alguns estruturalistas, porém, preferiam analisar as desigualdades nacionais a partir das características internas de um país. Nesse sentido, Furtado (1974), concentrou sua análise da desigualdade, mais na divisão entre aqueles que se beneficiam do processo de acumulação de capital, e aqueles cuja condição de vida somente é afetada por esse processo de forma marginal ou indireta. É mais importante a lacuna que a atual orientação do desenvolvimento cria dentro dos países periféricos, do que a lacuna que existe entre o centro e a periferia.

Esse autor, Furtado (1974), observa nos países subdesenvolvidos uma tendência de intensa concentração de renda, em benefício de uma reduzida minoria que deseja manter um estilo de vida criado pelo capitalismo industrial dos países desenvolvidos. Assim, quando a industrialização pretende substituir importações, o aparelho produtivo tende a se dividir em dois: um ligado a atividades tradicionais, destinadas ao mercado interno, ou às exportações e, outro, constituído por indústrias de elevada densidade de capital, produzindo para a minoria modernizada. O crescimento econômico irá depender das habilidades das classes que se apropriam do excedente, para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais. De acordo com essa argumentação, o modelo de industrialização por substituição das importações, foi orientado para a concentração de riqueza e da renda, aumentando a taxa de exploração dos países subdesenvolvidos, resultando em salários reais ao nível de subsistência.

No caso do capitalismo da América Latina, de acordo com Tavares (1974), foram as atividades mais modernas e as empresas líderes que estiveram numa posição privilegiada para gerar e apropriar-se de uma parcela maior do excedente econômico. Isto não se deve somente à produtividade física mais alta, mas também ao fato de poderem manter as remunerações em níveis distantes dessa produtividade real, devido, entre outros fatores, à gravitação direta ou indireta do nível, bem mais baixo dos salários no conjunto da economia. Por outro lado, não havia no início do processo de industrialização forças competitivas que obrigassem uma transferência contínua e proporcional de suas vantagens, relativas de produtividade aos preços.

Em relação às possíveis formas de acumulação na América Latina, Tavares (1974) considera que alguns aspectos devem ser ressaltados nessas economias. A forma de acumulação capitalista tradicional baseou-se na acumulação interna de lucros dentro das empresas, alimentada pela grande disparidade entre o ritmo de crescimento dos salários e o da produtividade, e por uma série de subsídios, explícitos ou implícitos, ao capital concedido pelo setor público. Também, na fase de expansão econômica, o capital financeiro, constituiu-se em uma nova forma de acumulação de

capital, criando um conjunto de agências financeiras nacionais e estrangeiras, que se dedicaram a organizar um mercado de capitais, tendo como objetivo principal permitir a acumulação de lucros sem relação direta com o processo de geração do excedente real e cuja função básica é facilitar a realização dinâmica do excedente.

Seguindo essa linha de pensamento, Furtado (1974) afirma que o processo de subdesenvolvimento, na América Latina, tem raízes históricas entre o processo interno de exploração e processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, aumentando a dependência externa, também terá de aumentar a taxa interna de exploração. Segundo a teoria estruturalista, a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar um agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, as taxas altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de aumentar as desigualdades sociais.

Em relação ao Brasil, no início dos anos de 1960, o aprofundamento da crise econômica e social, juntamente com a agitação política, provocaram uma rápida ruptura institucional com a instalação do regime militar. Em 1964, o Chile e os demais países da região viviam experiências diferentes. No Brasil, com a tomada do poder pelos militares, implementou-se de forma autoritária uma política econômica restritiva de cunho ortodoxo. Os resultados dessa política econômica foram: redução da taxa de crescimento, diminuição dos salários reais e agravamento na situação distributiva. Cabe ressaltar que, o arrocho salarial era um elemento básico da política de estabilização.

Seguindo a análise do Brasil, entre 1968 e 1972, registrou as mais altas taxas de crescimento econômico anual de toda a experiência passada de desenvolvimento da América Latina. Nesse sentido, para Silva (1987) essas taxas de crescimento médio do PIB, foram acima de 10% ao ano, enquanto que os outros países da região apresentavam insignificantes resultados, do ponto de vista econômico. Porém, apesar desse intenso ritmo de crescimento econômico, a situação social se agravava, não somente no Brasil, mas em quase todos os países da América Latina. A crise nos anos 60 e início dos anos 70 agravou as tensões sociais e a agitação política. Aconteceram limitadas tentativas para buscar saídas para essa estagnação, como a experiência do governo João Goulart, no Brasil, e a socialista de Salvador Allende, no Chile. No entanto, as pressões internas e externas da burguesia, em ambos os países, forçaram a intervenção militar, em abril de 1964, no Brasil, e setembro de 1973, no Chile. Inaugurando um novo período no que diz respeito a estratégias de crescimento e reorientação das políticas governamentais. Na área política, o fortalecimento do Estado burocrático-autoritário, define as regras de um processo decisório que privava a classe trabalhadora de qualquer mecanismo de participação. No campo social, a expansão de alguns

programas assistenciais buscou assegurar um mínimo de equilíbrio entre as necessidades de acumulação do sistema econômico capitalista e de legitimação do regime político.

Nos anos de 1970, tanto o Brasil quanto o Chile estavam sendo dirigidos por regimes militares. Ao mesmo tempo, em que esses países subordinavam-se aos interesses do capital internacional e à prioridade ao crescimento econômico, as consequências negativas de um processo excludente de desenvolvimento se intensificavam. Alguns indicadores sociais mostravam o efeito das medidas compensatórias destinadas a contrabalançar o aumento da pobreza e as precárias condições de atendimento as necessidades básicas da população.

No Brasil, em 1976, segundo o IPEA (2006), existia cerca de 24 milhões de indigentes e 50 milhões de pobres, representando respectivamente 23% e 48% da população total do país. Em 1987, se mantinha nesse patamar. No Chile, durante o governo do Salvador Allende, em torno de 21% da população se encontrava em condições de pobreza, ao passo que, em 1987, aumentou para mais de 45% da população. Este crescimento da pobreza foi uma consequência direta do modelo econômico implementado nesse país, durante o regime militar. Porém, a incidência da pobreza no Brasil ainda é superior à chilena.

Assim, em contraste com o desempenho econômico, a situação social agravava-se. A oportunidade de emprego regular no setor organizado da economia não guardava uma relação proporcional com a urbanização crescente, aumentava o descompasso entre o crescimento da força de trabalho urbana e a demanda por mão-de-obra. Igualmente, forçava uma parcela cada vez maior de trabalhadores a buscar seus meios de sobrevivência no setor informal do mercado de trabalho. Entre 1979 e 1983, na América Latina, segundo Silva (1987), um contingente de 5 milhões de trabalhadores se incorporaram ao setor informal do mercado de trabalho, representando 32% da força de trabalho urbana ocupada.

A partir dos anos 70, observa-se um regresso das políticas estruturalistas. Como reação às experiências populistas ou de transformação radical, muitos governos da região aplicaram políticas econômicas de cunho ortodoxas, influenciados pelo enfoque monetarista. Ao mesmo tempo, em que revertia a tendência anterior de uma maior participação da classe trabalhadora nos mecanismos de decisão tanto na esfera política como na econômica.

No Brasil e no Chile os regimes militares implementaram políticas ortodoxas, as quais consideravam que as reformas monetárias seriam o principal remédio para o problema inflacionário. Esse pensamento ortodoxo apresentou um conteúdo de longo prazo, com alterações na estrutura econômica e social desses países. Um dos principais objetivos, em particular no Chile, era abrir-se à economia mundial. Isso requeria, segundo o enfoque monetarista, excluir diversos grupos sociais da participação política e econômica, que foi possível graças aos mecanismos autoritários impostos pelo governo militar.

A partir do regime militar, a estrutura do desenvolvimento chileno passou a apresentar, segundo Carcanholo (2002), três características fundamentais. Primeiro, a passagem de um modelo que tinha a indústria como o sustentáculo central do processo de crescimento, para um modelo que tencionou converter as atividades primário-exportadoras no motor da economia. Segundo, a substituição do Estado, como principal agente dinamizador do desenvolvimento, pelos capitalistas privados radicados no setor financeiro e nas atividades de exportação. E, terceiro, a modificação do tipo de dependência do país com relação ao exterior. Torna-se mais dependente do crédito externo, tanto para financiar o processo de investimento privado como para manter o equilíbrio no balanço de pagamentos. Essa forma de dependência tornava o Chile vulnerável aos critérios do sistema financeiro internacional. Assim sendo, as decisões governamentais estariam sujeitas às necessidades e aos interesses dos grupos econômicos hegemônicos.

Esta estrutura implementada após o regime militar não visava apenas restaurar a forma anterior de desenvolvimento do capitalismo, mas igualmente produzir uma mudança no modo de funcionamento da economia para superar os obstáculos que historicamente teriam impedido um desenvolvimento pleno do capitalismo.

Um dos pilares à implementação das mudanças, no funcionamento da economia, foi por meio da aplicação de um conjunto de políticas econômicas restritivas, em que um mecanismo amplamente utilizado foi a redução do déficit público, por meio do ajuste fiscal. O Brasil e o Chile apresentaram um padrão uniforme de redução do déficit público durante os programas ortodoxos de estabilização.

Para reduzir o déficit público, pode-se aumentar a tributação ou diminuir os gastos fiscais. Este pode ser realizado reduzindo os gastos correntes e o investimento público, ou ambos de uma vez, pois reduzir o déficit aumentando os impostos e, ao mesmo tempo, expandir o investimento público implica num papel mais importante do Estado frente o setor privado. Esta foi a opção do governo militar, no Brasil, a partir de 1964. Por outro lado, o governo militar do Chile, após 1973, escolheu um caminho diferente, reduziu os gastos correntes e os de capital, revelando uma preferência por uma menor participação do Estado frente ao setor privado.

No Brasil, apesar do enfoque ortodoxo inicial, o Estado passou a desempenhar um papel crescente na esfera econômica. O extremo oposto do modelo chileno, do qual as políticas foram desenhadas para criar uma economia de livre mercado com menor interferência possível do Estado.

Estes dois modelos diferentes tiveram implicações distintas nas políticas fiscais. Segundo Laffer (1970), o Brasil reduziu o déficit fiscal aumentando os impostos e reduzindo os gastos correntes do governo, ao mesmo tempo em que expandia o investimento estatal. Por exemplo, em 1965, o investimento do governo central aumentava em 8% e das empresas públicas em 70%.

O ajuste fiscal, no caso do Chile, ocorreu com a redução dos gastos correntes e de capital. Nesse sentido, Gatica e Mizala (1990), afirmam:

O gasto público reduziu-se de 29% do PIB em 1974, para 22%, em 1977. Ao mesmo tempo, a participação do investimento público no PIB diminuiu de 11,8% para 6,3% entre os mesmos anos. Em 1975, neste país, ocorreu o período mais crítico do programa de estabilização, pois o investimento público baixou 48% em termos reais. Grande parte destes eram investimentos em obras públicas e moradias, atividade intensiva em mão-de-obra, que se contraiu em 50%, em termos reais, somente em um ano (GATICA; MIZALA, 1990, p.55).

Esta forma de reduzir o déficit, por meio da diminuição dos gastos de capital, contribuiu para aumentar a taxa de desemprego e piorar a questão social.

Ainda em relação ao Chile, de acordo com Cortazar (1980), a participação dos assalariados na renda nacional baixou de 52,3%, em 1970, para 41,1%, em 1976. A distribuição do consumo por famílias mostrou uma redução em torno de 60% nas famílias com menores rendas. Os 20% mais ricos, em contrapartida, aumentaram sua participação na renda de 44,5% para 51%, entre 1970 e 1976. Assim sendo, a distribuição de renda pessoal piorou, reduzindo a participação dos mais pobres e aumentando a dos mais ricos. Além disso, os salários reais, no Chile, em 1975, eram 40%, menores, em relação a 1970.

Tratando-se do Brasil, entre 1960 e 1980, piorou a concentração de renda. Para Bonelli e Ramos (1993), os 10% e os 20% mais ricos detinham acima de 49% e 63%, respectivamente, da renda total, no final da década de 1980. Igualmente, esses foram os grupos que apresentaram maior crescimento na participação da renda total, em 20% e 16%, respectivamente. Por outro lado, além da participação na renda dos 20% mais pobres serem insignificante, situando-se em torno de 3,2%, não apresentou melhorias. Nesse sentido, a tendência dos últimos 30 anos foi intensificar a concentração de renda no topo da distribuição.

Da mesma forma, é importante ressaltar, segundo Tavares (1974), que os 20% mais ricos representavam, em 1960, apenas 1% da população, ao passo que os 20% mais pobres representavam em torno de 50% da população. Esses dados evidenciam uma piora na distribuição da renda, apesar de apresentar um crescimento econômico em torno de 6% ao ano, de um crescimento médio anual do PIB per capita de 3,2%, mesmo assim poucas famílias se beneficiaram desse processo.

Observando-se a distribuição da renda entre os quintil da distribuição, a participação dos 20% mais ricos é superior no Brasil em relação ao Chile, ao mesmo tempo em que os 20% mais pobres apresentam uma melhor participação na renda no Chile do que no Brasil. Assim, é plausível afirmar que a distribuição de renda na economia brasileira é mais concentrada que na chilena.

Assim sendo, as políticas econômicas de estabilização tiveram impactos negativos sobre a distribuição da renda, e centraram-se principalmente no controle da oferta do dinheiro e nos fatores que o afetava, particularmente, o déficit fiscal. O Chile foi o exemplo da aplicação mais completa e

drástica do programa monetarista de estabilização. No Brasil, nos anos 80, apesar dos diversos planos, a inflação ainda resistia em reduzir-se, de forma que essa taxa situava-se em torno de 128,5% ao ano, enquanto que no Chile apresentava relativa estabilidade, com uma taxa média de inflação ao redor de 21,5% ao ano. Por outro lado, segundo Meller (1990), o Chile apresentou, nessa década, um menor nível de salário mínimo em torno de 48 dólares, enquanto que no Brasil, o nível de salário mínimo era 50% superior ao chileno, já o México e Argentina apresentavam o dobro do salário mínimo chileno. Igualmente, para Meller (1990) a taxa de desemprego urbano no Chile, nesse período, superava os 20% da força de trabalho, de modo que foi uma das maiores na América Latina. Ao contrário do Brasil, em que a taxa de desemprego era em torno de 6% da força de trabalho.

O IMPACTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Os ajustes macroeconômicos que estavam sendo implementados nos países da região, especificamente no Brasil e Chile, não conseguiram solucionar os problemas do endividamento, desequilíbrios no balanço de pagamentos, diminuição do desemprego e controle do déficit fiscal. Com isso, as políticas neoliberais foram ganhando legitimidade nos Estados nacionais. Nesse contexto, a partir de 1980, foram sendo estabelecidas, em quase todos os países do continente, políticas neoliberais, que buscavam o controle monetário e do gasto público, a liberalização comercial e financeira e a reforma do Estado. O Chile iniciou esse processo em meados de 1973. Assim, tornou-se conhecido como uma das primeiras experiências de ajuste neoliberal, não só da América Latina, mas do ocidente. Por outro lado, o Brasil foi um dos últimos países a adotar essas reformas neoliberais, iniciando na segunda metade da década de 1980 e intensificando-se a partir de 1990. Nesse contexto, a estabilidade dos preços transformou-se na variável de controle macroeconômico.

Com o plano real, utilizaram-se políticas cambiais e a liberalização comercial. As políticas econômicas neoliberais conseguiram alcançar seu projeto monetário, ou seja, estabilizar o processo inflacionário. Porém, as medidas de estabilização acentuaram a dependência ao capital externo e provocaram aumento das importações, refletindo numa piora da balança comercial e incremento dos déficits orçamentários, ou seja, geraram novos desequilíbrios.

Os economistas responsáveis pelo programa de ajuste estrutural neoliberal reconheciam a equação monetarista de equilíbrio da oferta e da demanda de moeda como o centro do debate político. Toda a problemática econômica e social do Estado, especialmente as preocupações com os empregos e com os direitos sociais, foram deixadas de lado. Nessa ótica, o que somente importa é o

equilíbrio fiscal e não mais o social. Nesse sentido, cresce em importância a caracterização do modelo ideológico neoliberal e a centralização do fenômeno financeiro da reforma do Estado, particularmente no que concerne às medidas de captação de capitais estrangeiros a partir de uma desregulamentação total dos fluxos de capitais. Cabe destacar que no Chile, segundo Ffrench-Davis e Griffith-Jones (1997), durante os anos de 1990 a 1996, o Banco Central retinha 30% dos capitais de curto prazo, pelo período de um ano, de forma que canalizava esses recursos às atividades produtivas do país. Por outro lado, o Brasil, não se posicionou frente aos capitais estrangeiros de curto prazo, deixando-os fluírem livremente.

Dentro desse paradigma neoliberal, o Estado perde sua capacidade intervencionista em benefício do controle quase que absoluto dos projetos de desenvolvimento dos países centrais, pelas corporações multinacionais. Além disso, ocorre paralelamente a destruição dos movimentos populares de esquerda e da crise dos Estados reguladores, que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento industrial tardio durante o modelo de substituição de importações.

Tanto no Chile quanto no Brasil, as medidas que foram efetivamente implementadas, com base no receituário neoliberal, apontam para uma situação de deterioração social muito forte e degradação do aparato estatal.

A principal diferença entre o Chile e o Brasil, no que concerne à “reforma” do Estado, é que aquele país implementou boa parte do receituário neoliberal, na década de 70, enquanto o Brasil começa em 1990. Porém, independente do período que foi realizada, em ambos os países, cumpriram-se as principais premissas dessa reforma, como: as privatizações, a reforma financeira, fiscal e tributária, a flexibilização do mercado de trabalho e a diminuição do papel do Estado.

Portanto, as autoridades governamentais passam a assumir uma retórica de que o excessivo intervencionismo do Estado e os déficits fiscais eram os principais empecilhos para que os países da América Latina embarcassem numa nova fase de crescimento e prosperidade. Para isso, a estabilidade monetária, o equilíbrio fiscal e a competitividade internacional, seriam os principais instrumentos de modernização dos países da região.

No entanto, esse processo logo se mostrou efêmero diante do surgimento de problemas nas contas externas e em suas finanças públicas. Como afirma Medeiros (2005), entre 1990 e 1999, a taxa média de crescimento do PIB na América Latina, foi de 3,2%, em contraste com a de 1% observada nos anos 80, mas muito atrás dos 4,9% ocorridos entre 1951 e 1980. A taxa de crescimento per capita foi de 1,4%, excedendo a de 1% negativa na década perdida. Todavia, esta performance foi diferenciada, na região. Carcanholo (2002) afirma que:

O Chile, por exemplo, atingiu, na década de 90, as mais altas taxas de crescimento do PIB do continente, em torno de 6% ao ano, em contraste com taxa de crescimento da economia brasileira, em média de 2,5%. Igualmente, o Brasil, nos anos 90, experimentou um

aumento do desemprego; redução do rendimento médio do trabalhador; diminuição do emprego formal na iniciativa privada e no setor público. Contudo, o emprego informal e a precarização do trabalho aumentaram. Ao passo que no Chile houve crescimento das remunerações reais e redução na taxa de desemprego de 20%, na década de 80 para 8% nos anos 90 (CARCANHOLO, 2002, p. 54).

Apesar de a ideologia neoliberal pregar a modernização e o progresso econômico na América Latina, observa-se que essas políticas de ajustes não têm conseguido solucionar os problemas como o endividamento dos Estados, os desequilíbrios no balanço de pagamentos, a diminuição do desemprego e o controle do déficit fiscal. Nem tampouco, tem apresentado sucesso na redução das desigualdades sociais, existentes na maioria desses países, em especial, no Brasil e no Chile, que se caracterizavam em fins dos anos 90 como economias com elevada concentração de renda e riqueza. Destaca-se a esse respeito a elevada fração da renda retida pelas 10% de famílias mais ricas. Em todos os países da região, de acordo com a CEPAL (2000), o decil mais rico se apropria de mais de 30% da renda total, no Brasil chega a 45%. A renda média desse decil superava 19 vezes ao que recebia, em média, as 40% de famílias com menor renda. Este grupo se apropria em média de 9% a 15% da renda total. Uma exceção é no Uruguai, do qual esse grupo participa em torno de 22% da renda total.

Tabela 1 – Distribuição de renda das famílias, no Mercosul como % da renda total de 1990-2003.

		Participação na renda total				Rel. da renda média per capita	
		40% mais pobres	30%	20%	10% mais ricos	10%/40% mais pobres[1]	20% +/20%-mais pobres
Brasil	1990	9,5	18,6	28,0	43,9	31,2	35,0
	2003	10,2	17,5	25,6	46,8	32,2	37
Chile	1990	13,2	20,8	25,4	40,7	18,2	18,4
	2003	13,8	20,8	26,2	39,7	18,6	18,3
Uruguai	1990	20,1	24,6	24,1	31,2	9,4	9,4
	2003	21,6	25,4	25,6	27,3	9,5	10,2
Argentina	1990	14,9	23,6	26,7	34,8	13,5	13,5
	2003	13,4	19,3	25,3	42,1	20,0	21,8

Fonte: CEPAL Panorama Social 2005. [1] é a relação entre a renda per capita dos 10% mais ricos em relação à renda per capita dos 40% mais pobres.

Os dados da Tabela 1 evidenciam uma elevada concentração de renda no Brasil, em relação aos países do Mercosul. Igualmente, verifica-se que os 10% mais ricos, no Brasil e na Argentina, aumentaram sua participação na renda total, enquanto que outros grupos perderam sua participação. A média na América Latina sobre a relação entre os 20% mais ricos com os 20% mais pobres é de 23 vezes, no Brasil. Essa relação supera em 35 vezes a dos 20% mais pobres. Por outro lado, o Chile exibe uma relação inferior a média da região. Porém, se comparar com o Uruguai, esse país apresenta uma elevada concentração de renda. Da mesma forma, no Brasil, observa-se a maior distância entre a renda per capita dos 10% mais ricos, de forma que estes ganham, em média, 32 vezes mais que os 40% mais pobres, tendo em vista que a média na região é de 19 vezes. Nessa

estatística, o Chile se situa dentro da média, mas com um valor extremamente alto, comparando-se novamente com o exemplo uruguaio.

A Tabela 2 compara os níveis de concentração de renda no Brasil e no Chile.

Tabela 2 – Análise comparativa Brasil e Chile. 1990 e 2003.

	Relação dos 10% mais ricos com os 10% mais pobres	
Brasil	1990	31,2 vezes
	2003	32 vezes
Chile	1990	18,2 vezes
	2003	18,8 vezes

Fonte: elaboração própria com base em Badesalc/2006.

Com base na Tabela 2, comparando-se a distância da renda per capita dos 10% mais ricos com a dos 10% mais pobres, no Brasil e no Chile, verifica-se que a economia brasileira exibe uma elevada concentração de renda na parte superior da distribuição. Segundo o Badesalc (2006), a relação dos 10% superior com os 10% mais pobres, no Chile, era em 1990 de 18,2, enquanto que no Brasil, essa relação era de 31,2. No entanto, em 2003, após 14 anos de abertura da economia brasileira essa relação aumentou para 32 e, no Chile, para 18,8.

A Tabela 3 mostra a assimetria na participação na renda total entre 20% mais ricos e os 20% mais pobres, em ambos os países.

Tabela 3 – Análise comparativa Brasil e Chile. 1990 e 2003.

	Participação percentual na renda total	
Brasil	20% mais pobres	2,7%
	20% mais ricos	62%
Chile	20% mais pobres	3,9%
	20% mais ricos	56,8%

Fonte: Elaboração própria com base no Panorama Social da América Latina-CEPAL/2005.

A Tabela 3 informa outra perspectiva distributiva, evidenciando que as políticas neoliberais não visam a melhoria da desigualdade distributiva. Nessa ótica, no Brasil, além dos 20% mais ricos apropriarem-se em mais de 62% da renda total, apresenta uma maior concentração do que no Chile. Neste país, da mesma forma, a distribuição de renda é bastante desigual, de maneira que em 2003, os 20% mais ricos detinham 56,8% da renda total e os 20% mais pobres participavam apenas em 3,9%. No Brasil, o intervalo entre esses dois grupos é ainda maior, porque os 20% mais pobres participam na renda em apenas 2,7%. Nesse sentido, o Brasil é considerado o país com maior concentração de renda na América Latina, perdendo apenas para os países africanos. Com base nesses dados, é permitido afirmar que as políticas econômicas que vêm sendo implementadas em longo prazo, nesses países, não se harmonizam com melhorias na questão distributiva e, também, não visam o propagado progresso social.

De acordo com Carcanholo (2002) a alta concentração de renda existente nos países da América Latina pode ser comprovada através do índice de Gini acima de 0,50 pontos, ao passo que, nos países desenvolvidos esse índice é inferior a 0,40 pontos. No Brasil, por exemplo, o Gini situa-se em torno 0,61 e, no Chile, de 0,55 pontos, enquanto que nos Estados Unidos, Sudeste Asiático e Europa varia de 0,38, 0,32 e 0,26 respectivamente.

O Brasil é caracterizado como um país com alta desigualdade e extrema concentração de renda. De um lado, está um contingente significativo da população brasileira considerada pobre, que se apropria de um percentual relativamente baixo da massa de renda nacional; de outro, uma pequena parcela da população, considerada rica, que toma para si uma porcentagem relativamente alta dessa massa de renda. Segundo os dados do Ipea-Radar-Trabalho de 2003, 1% dos brasileiros mais ricos, o que corresponde a somente 1,7 milhão de pessoas, apropria-se de 13% do total das rendas domiciliares. Esse percentual é bastante próximo daquele apropriado pelos 50% mais pobres, que equivalem a 86,9 milhões de pessoas. Igualmente, em 2003, os 10% mais ricos retinham 46% da renda total, enquanto que os 50% mais pobres apenas 13%.

Uma análise que pode esconder as desigualdades entre os estratos sociais é através da renda média nacional, pois um levantamento feito em 2003, pelo Ipea-Radar-Trabalho, mostrou que a renda domiciliar per capita média no Brasil era de R\$ 360,50, equivalente a um salário mínimo e meio da época. No entanto, quando se analisam os dados por Unidades da Federação, observam-se discrepâncias. As rendas mais elevadas são auferidas pelos habitantes das regiões Sudeste e Sul, com destaque para o estado de São Paulo, com renda domiciliar per capita média de R\$ 501,20, quase uma vez e meia a média nacional. Já as unidades da Federação da região Nordeste detêm as menores médias, como o estado do Maranhão, com renda per capita domiciliar média de R\$ 69,00, isto é, menos da metade da média nacional e menos que um salário mínimo, no período mencionado.

No que tange a distribuição da população em situação de pobreza entre o meio rural e urbano, observa-se que no meio rural existe um o maior percentual de pessoas em condições de pobreza. Isto pode ser visto na Tabela 4 que evidencia a proporção de pobres no meio rural em percentuais e em termos absolutos.

Tabela 4 – Brasil: Proporção de pobres nas zonas urbanas e rurais em 2003.

	Zona Rural	Zona urbana
Em percentual da população	57,1%	27%
Em valores absolutos	15,3 milhões	38,7 milhões

Fonte: Elaboração própria com base no Ipea-Radar-Trabalho - 2003.

Nessa Tabela 4 observou-se que a zona rural tem a maior proporção de pobres. Os dados de 2003, do Ipea-Radar-Trabalho, mostram que a proporção de pobres no meio rural é mais que o

dobro da observada no meio urbano – 57,1% contra 27%. É verdade que, em termos absolutos, o maior número de pobres está no meio urbano: 38,7 milhões de brasileiros. No meio rural, são 15,3 milhões. Esse fato decorre, entre outros motivos, do acelerado processo de urbanização pelo qual o país passou nas últimas décadas, concentrando boa parte da população nas cidades (mais de 80% dos brasileiros). No entanto, ao analisar em termos relativos, a área rural é mais pobre que a urbana, pois é majoritariamente composta por pessoas pobres: 57,1% dos habitantes.

A Tabela 5 traz um comparativo sobre os indicadores de pobreza entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

Tabela 5 – Brasil: Proporção de pobres na região Nordeste, Sul e Sudeste em 2003.

	Nordeste	Sul	Sudeste
Em percentual da população	55,3%	18,1%	20,4%
Em valores absolutos	26,9 milhões	4,7 milhões	15 milhões

Fonte: Elaboração própria com base no Ipea-Radar-Trabalho - 2003.

Analisando a Tabela 5, verifica-se que a região Nordeste é a que abriga o maior contingente de pobres, com 55,3% de sua população vivendo com até meio salário mínimo de renda domiciliar per capita. Esse percentual é entre duas e três vezes superior aos das regiões Sudeste e Sul, que apresentam as menores porcentagens – 20,4% e 18,1%, respectivamente. Em termos absolutos, são 26,9 milhões de pobres no Nordeste, 15 milhões no Sudeste e 4,7 milhões no Sul. Ao analisar os dados da população classificada como muito pobre (ou indigente), com até um quarto de salário mínimo de renda domiciliar per capita, constata-se que os resultados, em termos de desigualdade regional, são semelhantes aos observados para a pobreza.

A Tabela 6 seguinte, demonstra o percentual de indigentes em 2003, nas mesmas regiões.

Tabela 6 – Brasil: Proporção de indigentes na região Nordeste, Sul e Sudeste em 2003.

	Nordeste	Sul	Sudeste
Em percentual da população	26,8%	5,6%	6,6%
Em valores absolutos	13 milhões	1,4 milhões	4,8 milhões

Fonte: Elaboração própria com base no Ipea-Radar-Trabalho - 2003.

Da mesma forma, a Tabela 6, evidencia que a região Nordeste tem a maior proporção de indigentes, com índice de 26,8%, praticamente quatro vezes superior ao da região Sudeste e cinco vezes o da região Sul, que detêm os menores índices, 6,6% e 5,6%, pela ordem. Já em números absolutos, o Nordeste conta com 13 milhões de indigentes, o Sudeste com 4,8 milhões e o Sul com 1,4 milhão. Da mesma forma, os habitantes do Sudeste e do Sul têm renda mais elevada que os do Nordeste. O estado de São Paulo e o Distrito Federal lideram com quase uma vez e meia a média nacional, que era em 2003 em torno de R\$ 360,50, enquanto que o Maranhão registrava menos da metade, com uma renda média de R\$ 160,00.

A comparação do número de pobres do Brasil com outro país é dificultada em razão dos diferentes critérios e métodos por vezes usados pelos países. No entanto, em termos de desigualdade, é possível afirmar que a distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo. Com base na pesquisa de Ramos e Vieira (2001) que considerou o índice de Gini de 130 países selecionados, o Brasil foi o penúltimo colocado, superado apenas por Serra Leoa (0,62). O índice brasileiro é aproximadamente duas vezes e meio pior ao verificado na Áustria (0,23) e na Suécia (0,25), nações que estão entre as que têm renda mais bem distribuída no mundo. Igualmente, apresenta um maior índice de Gini que o observado em países com características semelhantes às brasileiras, como o México (0,53) e Chile (0,55). O agravante, que distingue o caso do Brasil em termos internacionais é que os elevados níveis de pobreza não estão relacionados com uma insuficiência generalizada de recursos, mas sim à extrema desigualdade em sua distribuição.

Outro fator que contribuiu para manter a renda concentrada, no Brasil, foi a queda de 15% na renda média real dos trabalhadores, entre 1996 e 2002. Segundo o Ipea-Radar-Trabalho (2004), esta renda caiu de R\$ 754,00 para R\$ 589,90. Ainda que tenha aumentado em 2003, quando alcança R\$ 639,30, ela acumula uma queda de 15% em relação ao ano de 1996. Os trabalhadores do Distrito Federal, dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e os da região Sul, ganham mais que os dos demais estados. A renda média dos trabalhadores do Distrito Federal é mais de três vezes superior a dos trabalhadores do Ceará. São exatamente os estados da região Nordeste que apresentam o menor nível de renda, enquanto a região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, exhibe um quadro mais equilibrado.

A desigualdade na distribuição de renda, em especial, no Brasil, já faz parte da história do país, adquirindo caráter de coisa natural, de forma que o extremo da desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza. Além disso, verificou-se que o índice de Gini do Brasil está em torno de 0,60 pontos, abaixo apenas de Guatemala, África do Sul, Malávia e Serra Leoa, enquanto que, em países como da Europa Ocidental e Oriental, Japão e Estados Unidos, dispõem de um coeficiente de Gini, segundo Ramos e Vieira (2001), com intervalo entre 0,30 e 0,40 pontos.

CONCLUSÃO

Na América Latina, em geral, observa-se que a distribuição de renda não está associada ao grau de desenvolvimento das atividades produtivas, em razão de que no Chile, as reformas econômicas estão mais consolidadas, o país cresceu vigorosamente desde 1990 e o crescimento da renda per capita, nessa década foi acima de 4% ao ano, e nem por isso reduziu-se a concentração de renda, assim como no Brasil que teve um crescimento médio da renda per capita entre 1% e 2% ao

ano. Porém, nos anos 1960 e 1970, o Brasil exibia elevadas taxas de crescimento econômico e da renda per capita, em contraponto, a distribuição da renda tornou-se ainda mais concentrada.

O panorama da distribuição da renda da economia brasileira, a partir dos anos 1990, tornou-se ainda mais frágil. Essa década ficou marcada pelos sinais de desestruturação do mercado de trabalho, verificando-se um movimento de desassalariamento, provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro. Além disso, a distribuição da renda não apresentou alterações significativas, de forma que os 20% mais ricos continuaram participando em torno de 62% da renda, enquanto que os 20% mais pobres, em 2,1%, com uma estrutura distributiva semelhante ao do início da década de 90.

No Chile, nos anos de 1990, após o processo de redemocratização, apresentou acelerado ritmo de crescimento econômico, foi o país que mais cresceu na América Latina. Igualmente, houve crescimento das remunerações reais, do salário mínimo, das taxas de investimento e redução das taxas de desemprego, ou seja, os indicadores econômicos do Chile foram os melhores, comparando-se com os demais países da região. Entretanto, apesar do positivo desempenho econômico, a renda manteve-se concentrada e não apresentou significativas alterações, de modo que, em 2004, os 20% mais ricos participam em 54% da renda total, enquanto que os 20% mais pobres em 4,9%. Estes apresentaram uma maior participação que no regime militar, mas a distribuição da renda continua altamente desigual. Nesse sentido, o índice de Gini, entre 1990 e 2004, esteve em torno de 0,58 pontos, o que caracteriza uma elevada concentração na renda.

Ao comparar a concentração de renda do Brasil com a do Chile, observou-se que, no primeiro, existiu uma maior concentração da mesma em todos os indicadores analisados. Igualmente, constatou-se que as políticas econômicas implementadas no Brasil e no Chile, não possibilitaram uma relação positiva entre os objetivos de crescimento econômico e equidade social. Do mesmo forma, o modelo baseado nas políticas neoliberais do “Consenso de Washington” demonstrou certa fragilidade em reduzir as desigualdades sociais, visto que são sustentados na dependência do capital externo, e o aumento dessa dependência externa, tem uma relação imediata com a intensificação da taxa de exploração interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADESALC – Base de Dados de Indicadores de Sostenibilidad en América Latina y el Caribe. Disponível em: <<http://www.websie.eclac.cl/sisgen/badesalc.asp>>. Acesso em: 11 Out. 2006.

BONELLI, Regis; RAMOS, Lauro. A distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 288, 1993.

CARCANHOLO, Marcelo. A abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre o crescimento e distribuição no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

CEPAL. Una década de desarrollo social en América Latina: 1990 – 1999. Serie de publicaciones, 2004.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>>. Acesso em: 11 Abr. 2006.

CORTAZAR, Rene. Distribución del ingreso, empleo y remuneraciones reales en Chile 1970-1978. Estudios CIEPLAN, vol. 3, 1980.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany. Fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova cultural, 1961.

_____ O mito do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1974.

GATICA, Jaime; MIZALA, Alejandra. Autoritarismo e ortodoxia econômica: Chile 1974-1987. Revista de Economía Política, vol.10, nº 2 (38), abril/junho, 1990.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 12 Dez. 2006.

IPEA – Radar - Trabalho. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 14 Dez. 2006.

LAFER, B. Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MEDEIROS, C. Aguiar. Liberalização comercial e financeira e seus efeitos sobre crescimento, emprego e distribuição de renda nos países latino-americanos. Revista Brasileira de Economia Contemporânea, Vol 09, nº 3, setembro-dezembro, 2005.

MELLER, Patricio. Revisión del proceso de ajuste chileno de la década del 80. Série de Estudios CIEPLAN, nº 30, 1990.

RAMOS, Lauro e VIEIRA, Maria Lucia. Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: Evolução e determinantes. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 803, 2001.

SILVA, Fernando R. Política social e a crise econômica. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 111, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. Substituição de importações ao capitalismo financeiro. 10º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.